

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
 DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 MAIO DE 2015 A ABRIL DE 2016
 ANEXO À PORTARIA TRT-GP Nº 142/2016

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS MAL/2015 A ABR/2016			RS 1,00
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)	TOTAL (c) = (a)+(b)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	611.182.415,06	897.543,29	612.079.958,35	
Pessoal Ativo	453.898.437,73	534.752,43	454.433.190,16	
Pessoal Inativo e Pensionistas	157.283.977,33	362.790,86	157.646.768,19	
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	138.399.391,00	550.374,25	138.949.765,25	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	
Decorrentes de Decisão Judicial	4.867,98	0,00	4.867,98	
Despesas de Exercícios Anteriores	3.773.656,41	532.399,72	4.306.056,13	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	134.620.866,61	17.974,53	134.638.841,14	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	472.783.024,06	347.169,04	473.130.193,10	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL				
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (IV)			700.438.648.000,00	
% DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL – TDP sobre a RCL (V) = (III e /IV) * 100	0,067498%	0,000050%	0,067548%	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 0,136461%	0,136461%		955.825.583,45	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 0,129638%	0,129638%		908.034.304,27	
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 0,122815%	0,122815%		860.243.025,10	

Fonte: SIAFI Gerencial, Tesouro Gerencial e Coordenadoria de Contabilidade/SOF/TRT DA 6ª Região - 20.05.2016, 10h e 25m.

Notas:

1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas.

Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em restos a pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.
- 2) Foram pagos, R\$ 1.985.146,07 e R\$ 1.035.238,25 referentes a Precatórios da Administração Direta e Sentenças Judiciais de Pequeno Valor, respectivamente na UO 71103.
- 3) No período foi pago o valor de R\$ 190.174,93 a título de Precatórios da Administração Indireta (Destaques).
- 4) No período não houve cancelamento de empenhos inscritos em RAP referentes ao Grupo da Despesa 1.
- 5) Pagamento de Auxílio-Funeral: R\$ 208.832,88 e R\$ 16.022,31 inscritos em RAP.
- 6) Pagamento de Auxílio-Natalidade: R\$ 29.566,00 e R\$ 4.410,88 inscritos em RAP.

GISANE BARBOSA DE ARAÚJO
 Presidente do Tribunal

WLADEMIR DE SOUZA ROLIM
 Diretor Geral

FLÁVIO ROMERO MENDES DE OLIVEIRA
 Diretor da Secretaria de Orçamento e Finanças

ANA LYLIA FARIAS GUERRA
 Diretora Substituta da Secretaria de Auditoria e Controle Interno